

Coluna do Castello

Da pressa sobre sistema e mandato

Inquietações relacionadas com a política econômica e seus efeitos populares devem estar na base da pressa do governo em antecipar a votação no plenário da Constituinte dos itens referentes a sistema de governo e a mandato presidencial. A inflação acima de 16% no mês de janeiro pode prenunciar índices maiores em fevereiro e março, embora autoridades econômicas assegurem que elevações eventuais dos índices não desestimulam a expectativa de se estabilizar um patamar inflacionário que não empurraria para cima os preços da cesta básica nem desarticulária a política que adotou o sr Mafson da Nóbrega.



Não há dúvida, no entanto, de que o setor não técnico do governo teme repercussões de índices mais altos do custo de vida bem como repercussões negativas, em nível político, da retomada dos contatos com o FMI a ser iniciada em breve. Os técnicos igualmente não temem reencontro com os controladores do Fundo, mas os políticos sabem que o tema sensibiliza ainda deputados que, como o sr Gasparian, partidário dos cinco anos, iriam para os quatro anos no momento em que se formalizasse a negociação com a instituição.

Quanto às razões do *Centrão* para evitar alterações na pauta de votação da Assembléia e realização de reuniões nos finais de semana devem-se à preocupação com os integrantes do grupo que habitualmente não são parlamentares que se distinguem pela frequência às sessões e somente abrem mão da presença nas suas bases quando isso se torna absolutamente necessário, coisa que não poderia se repetir a cada semana. O grosso do *Centrão* encontra disponibilidade de tempo apenas pelas 48 horas que vão da noite de terça-feira à tarde de quinta-feira. No mais, seja o que Deus quiser.

Aparentemente, no entanto, nem a forma de governo nem o mandato de cinco anos correm riscos maiores. O presidencialismo tem o amparo dos governadores (exceção do sr Pedro Simon), dos presidentes dos partidos e da maioria dos ministros de Estado. Há nas diversas unidades federadas apreensões quanto à extensão do sistema parlamentarista aos estados, fato que alteraria a balança de poder regional e afetaria o prestígio dos atuais chefes de Executivo. A esquerda, como se sabe, é também dividida com relação à matéria.

Quanto à duração do mandato, a dupla Fernando Henrique Cardoso-Mário Covas,

pelos precedentes, não conseguiria mobilizar 280 constituintes para votar uma emenda que incluísse o texto da Constituição, como norma permanente, o mandato de quatro anos ainda que com direito a uma reeleição, tal como acontece nos Estados Unidos. A norma estabelecida pela Comissão de Sistematização deverá permanecer. Por outro lado o presidente da República mostra-se confiante quanto aos compromissos assumidos pelos 300 e tantos signatários da emenda pelos cinco anos, embora esteja sendo aconselhado a traduzir as assinaturas em votos o mais rápido possível.

Quanto a escrúpulos, como o alegado pelo honrado senador José Richa, que se envergonha de ver o presidente enfrentar o descrédito junto à opinião pública e pleitear, apesar disso, um mandato de cinco anos, trata-se de argumento ético que poderia ser extensivo. O descrédito não é só do presidente mas também dos constituintes e dos políticos de um modo geral. É o que dizem as mesmas pesquisas a que se refere. Se isso provocasse depressão e ânimo de renúncia, todos deveriam encerrar suas carreiras e reabrir o caminho para eleições gerais que permitiriam ao eleitorado renovar quanto antes a fauna que se empoleira nos diversos cargos da vida pública.

Em política o que prevalece é a decisão de ganhar, mesmo porque as oscilações de opinião pública são fatos correntes no ramo. Basta lembrar do alto índice de popularidade do presidente José Sarney durante o equivocado Plano Cruzado, que iria eleitoralmente beneficiar também os candidatos do PMDB, sobretudo os que se elegeram para postos majoritários. Os índices de popularidade do presidente tanto podem desabar ainda mais como sofrer alguma recuperação que alivie as tensões que haviam chegado ao clímax no fim de 1987.

A Memória dos Presidentes

De Virgílio Costa recebi o seguinte esclarecimento:

"Li, na sua coluna de 20.1.88, referência à Memória dos Presidentes da República. Gostaria de explicar que se trata de uma comissão consultiva (naturalmente não remunerada) institucionalizada a pedido das diversas personalidades e instituições que a compõem, para tratar da questão dos acervos de todos os presidentes da República, passados, presentes e, se possível, futuros.

A comissão, que já vem trabalhando informalmente há mais de ano, caberá sugerir ao sr presidente e coordenar as providências e normas relativas ao assunto. As diversas instituições (Arquivo Nacional, Pró-Memória, Museu da República, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cpdoc etc.) caberá tratar direta e integradamente dos arquivos, bibliotecas ou peças museológicas que se encontrem em suas mãos ou em mãos de parlamentares."

Carlos Castello Branco